

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.652 - SP (2018/0141854-0)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : DAVI FERREIRA PIRES  
**AGRAVANTE** : KELCILENE PIRES BRAGHETO PIRES  
**ADVOGADOS** : ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415  
MARCUS DE SOUSA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP252425  
**AGRAVADO** : BANCO SAFRA S A  
**ADVOGADOS** : HENRIQUE MORGADO CASSEB - SP184376  
MAURÍCIO JOSÉ JANUÁRIO E OUTRO(S) - SP158027  
**INTERES.** : ELETROTECNICA PIRES LTDA EM RECUPERACAO  
JUDICIAL  
**INTERES.** : FRAMEL PARTICIPACOES S/A

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por DAVI FERREIRA PIRES e KELCILENE PIRES BRAGHETO PIRES contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 533):

*RECURSO Agravo Regimental Decisão que negou seguimento ao recurso, por manifestamente inadmissível, com base no art. 932, caput e inciso III, CPC/2015 Razões deduzidas pelos agravantes não demonstram o desacerto da decisão combatida, pelos fundamentos dela constantes, porquanto o recurso não pode ser conhecido, por falta de requisito de admissibilidade, tendo em vista que, dentre as hipóteses taxativas arroladas no art. 1.015, do CPC/2015, não se encontra o indeferimento do pedido de processamento dos embargos à execução com efeito suspensivo, mas apenas e tão somente a possibilidade de interposição do agravo de instrumento nos casos de “concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução”.*  
*Recurso desprovido.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 551-555).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta o Tribunal Estadual fere frontalmente o disposto no art. 1.015, X e parágrafo único, do Código de Processo Civil, tendo em vista que não conheceu do agravo de

# *Superior Tribunal de Justiça*

instrumento sob o fundamento de que a decisão que indefere o efeito suspensivo nos embargos à execução não está incluída em seu rol taxativo.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 611-617).

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Diante da relevância das questões suscitadas, merece provimento o agravo para melhor analisar o recurso especial interposto, procedendo-se a devida conversão.

**Ante o exposto, dou provimento ao agravo em recurso especial, procedendo-se a devida conversão.**

Feitas as devidas anotações, retornem os autos eletrônicos para julgamento do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**